



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08285.002273/2025-18

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).

1.1. Contratação de prestação de serviços contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e acessórios que compõem o Centro de Treinamento Físico da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - CTF/SR/PF/ES, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição	Local	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (meses)	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
	1	Serviço de manutenção preventiva nos equipamentos e acessórios do Centro de Treinamento da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES.	SR/PF/ES	16284	Unidade	12	R\$ 1530,00	R\$18.360,00

1		Serviço de manutenção corretiva com fornecimento e troca de peças, acessórios e componentes para manutenção dos equipamentos do Centro de Treinamento da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES. (Valor estimado)					
	2	Obs.: A proposta deve manter o valor lançado pela Administração. Este item NÃO será objeto de lance. O valor é estimativo e será executado conforme demanda da Administração a qual não se obriga nem se vincula a realizar sem solicitação interna.	SR/PF/ES	16284	Unidade	1	R\$11.016,00 (ESTIMATIVO)
TOTAL							R\$ 29.376,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14.133, de 2021.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é essencial enquanto atividade acessória às finalidades institucionais do Órgão considerando o quanto foi delineado no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. **O ITEM 2 (DOIS) não será objeto de lances por se tratar de valor estimado e reservado pela administração para suprir possíveis despesas decorrentes da aquisição de peças a serem utilizadas nas manutenções corretivas.**

1.5.1. **Será desclassificado o licitante que alterar o valor do ITEM 2, pois o mesmo é estimativo.**

1.6. Conforme justificativas apresentadas nos Estudos Preliminares, o objeto é composto por dois itens agrupados em lote único, sendo obrigatório o registro pelo licitante de propostas para os dois itens em disputa, porém sem alterar o valor para o item 2 conforme explicitado acima.

1.6.1. A Dispensa de Licitação será em grupo único. Tendo em vista a limitação de formação de grupos existente no sistema, a soma dos valores unitários de todos itens será realizada no julgamento das propostas e apenas um fornecedor será o vencedor. Sendo assim, os fornecedores devem lançar proposta em todos os itens.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’, DA LEI Nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no item 2 e 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2025

II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2024

III) DFD do item no PGC: 200352-2/2025

IV) Classe/Grupo: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘C’, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Requisitos mínimos:

4.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser executados nas máquinas de musculação, nos equipamentos ergométricos, bem como nos acessórios e estofados do Centro de Treinamento Físico da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - CT/SR/PF/ES, garantindo o perfeito funcionamento dos mesmos para o desempenho integral da capacidade, evitando sobrecarga ou desgastes desnecessários.

4.2. Na manutenção preventiva o técnico deve avaliar o funcionamento do sistema elétrico, cabos de aço, parafusos dos equipamentos, verificar estofados e colchonetes, lona, molas, e pés emborrachados (quando houver), lonas das esteiras, necessidade de pintura de equipamentos e acessórios - halteres, anilhas, dumbbells, kettlebells e suportes dos mesmos, lubrificar esteiras (caso seja recomendação do fabricante) e barras guia dos equipamentos, bem como demais equipamentos que não estejam descritos, mas que se inserem dentro do contexto de materiais e equipamentos do Centro de Treinamento. **Deverá ser realizada a limpeza completa dos equipamentos citados.**

4.3. Fazem parte das atividades da manutenção preventiva e corretiva os equipamentos e detalhamentos descritos na tabela constante nos Anexos I e II deste Estudo Técnico Preliminar. (40744442 e 40744455).

4.4. Em todos os pontos onde for realizada qualquer tipo de solda, a Contratada é obrigada a retocar a tinta, evitando desta forma o aparecimento de ferrugem nos equipamentos.

4.5. Quando necessário, o fiscal do contrato solicitará as visitas para manutenção corretiva. Esta solicitação será feita pro telefone e/ou e-mail e deverá ser atendida em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas. De igual maneira a empresa contratada, após efetivada a manutenção preventiva mensal deverá informar aos fiscal de contrato qualquer situação atípica que demande a intervenção corretiva com troca de peças.

4.6. Para cada manutenção (preventiva ou corretiva), a Contratada terá o prazo mínimo de 08 (oito) horas para realização dos serviços e eventual troca de peças, sendo que, qualquer prazo superior,

necessário para a correta prestação dos serviços, não gera nenhum ônus à contratante.

4.7. No caso das manutenções corretivas, se realizadas em prazo inferior ao mencionado no item anterior, a Contratada deverá proceder manutenções preventivas nos demais equipamentos do Centro de Treinamento dentro do prazo remanescente.

4.8. Todas as despesas com transporte e demais existentes correrão por conta da empresa Contratada.

4.9. A empresa deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, refazendo os serviços rejeitados quando estes não atendam a contento, apresentem algum problema/defeito/dano ou estejam em desconformidade com a descrição deste Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Anexos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal da irregularidade por parte da Polícia Federal, através de telefone ou e-mail, sem ônus para o órgão.

4.10. A responsabilidade pela correção dos serviços com falhas ou fora da conformidade será exclusivamente da Empresa Contratada, inclusive com todos os custos advindos desta.

4.11. Será de total responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados em eventuais acidentes ocorridos nas instalações da CONTRATANTE, ou em qualquer outro local, mas considerados acidentes de trabalho.

4.12. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados aos equipamentos, instalações e/ou patrimônio da CONTRATANTE, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se também os danos materiais e pessoais a terceiros, a que título for.

4.13. A CONTRATADA providenciará a limpeza das áreas, evitando acúmulo de entulhos nos locais onde os serviços estão sendo realizados.

4.14. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a retirada de detritos provenientes da execução dos serviços, a reconstituição de eventuais áreas danificadas quando da execução dos serviços, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

4.15. A garantia dos serviços de manutenção corretiva deve ser de no mínimo 03 (três) meses.

4.16. A retirada de peças ou equipamentos do interior do Centro de Treinamento, para conserto, deverá ocorrer com documento assinado pelo fiscal do contrato e pelo responsável pela Contratada, ficando pré-estabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis para a devolução dos mesmos. Caso não devolva os equipamentos do conserto acima mencionado, dentro do prazo, a Contratada deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato e este deverá estabelecer novo prazo após análise da justificativa. Se a justificativa do atraso na entrega do equipamento em conserto não for aceita pelo fiscal do contrato, será submetida à apreciação superior.

4.17. A proposta deverá conter todo e qualquer custo que se fizer necessário para a execução dos serviços como: encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, peças, produtos de uso na manutenção e reparo dos equipamentos.

Requisitos Técnicos para o profissional:

4.18. Os profissionais que irão realizar as manutenções, deverão ser certificados, com capacidade e conhecimento técnico na área do serviço em questão, devendo a CONTRATADA fornecer certificado ou atestado que comprove que o mesmo é devidamente capacitado.

4.19. Declaração do Licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços;

Requisitos lato sensu:

4.20. A contratação deve contemplar o seguinte:

- a) Observância das normas pertinentes à modalidade de Licitação observada;
- b) Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual;
- c) Descrição correta dos serviços ora contratados e o valor estimado da contratação, a

fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recursos possível;

d) Célere instrução do processo, de forma a atingir o objetivo da contratação do serviço;

Requisitos stricto sensu:

4.21. O serviço deverá contemplar as seguintes diretrizes:

a) Prestar o serviço com estrita observância às disposições do Termo de Referência e anexos, às normas da IN nº 65/2021 SEGES/ME, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis.

b) Os serviços que se objetivam contratar são indispensáveis, em face de suas essencialidades enquanto atividades acessórias às finalidades institucionais do Órgão;

c) Observar os critérios de sustentabilidade elencados no Termo de Referência da contratação.

4.21.1. Em face das dimensões, das características e das atividades do Órgão, a solução adotada será a de prestação de **serviço sem fornecimento de mão de obra exclusiva**.

4.21.2. Além do supramencionado, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços como requisito para celebração do contrato.

4.22. As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência.

4.23. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

4.24. Os serviços que se pretende contratar, enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio das especificações usuais de mercado.

Sustentabilidade:

4.25. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, versão Outubro de 2024, página 134 e seguintes:

4.25.1. Para o caso de uso de frascos de aerossol recomenda-se que o contratado cumpra os requisitos estabelecidos na Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto 10.936/202 que a regulamenta, bem como a Portaria INMETRO nº 329/2021 que dispõe sobre as mercadorias pré-embaladas comercializadas sob a forma de aerossol verificando a existência de i) Acordo setorial, ii) Termo de Compromisso, iii) regulamento editado pelo Poder Público.

4.26. Para minimizar os impactos ambientais, deverá a Contratada:

4.26.1. Adotar e praticar as diretrizes para sustentabilidade ambiental nos termos da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, no que for aplicável;

4.26.2. As peças deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

4.26.3. Os materiais empregados nas peças, equipamentos e insumos utilizados na manutenção dos aparelhos deverão priorizar a redução de impacto ambiental;

4.26.4. As peças deverão estar em conformidade com as normas nacionais e internacionais estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade, que poderá ser solicitado pela administração a fim de atestar se estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta;

4.26.5. Não serão aceitos bens de procedência duvidosa, usados ou remanufaturados na

execução do serviço

4.26.6. Caso as peças apresentadas possuam marca/modelo com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitado certificação ou declaração da fabricante.

4.26.7. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição;

4.27. O custo da aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos correrá por conta da Contratada.

Indicação de marcas ou modelos e da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.28. Não há exigência quanto a indicação de marcas ou modelos e tampouco vedação para utilização de qualquer marca/produto na execução do serviço.

Da exigência de carta de solidariedade

4.29. Não há exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Subcontratação

4.30. É permitida a subcontratação parcial do objeto para os serviços decorrentes da manutenção corretiva delineadas no Estudo Técnico Preliminar. É vedada a subcontratação dos serviços decorrentes da manutenção preventiva mensal.

4.31. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.32. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.33. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.34. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.35. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.36. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.37. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é OPCIONAL para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **10** horas às **17** horas.

4.38. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.39. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.40. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria aceitará tacitamente que conhece as condições e peculiaridades da contratação.

4.41. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E INCISO II, §1º DO ART. 40 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Condições da Execução

5.1. O início de execução do objeto se dará em 5 (cinco) dias da assinatura do contrato

Local da prestação dos serviços

5.2. O local da prestação dos serviços será a Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo (SR/PF/ES), situada na Av. Delegado Federal Geraldo Guimarães, nº 01 - São Torquato - Vila Velha/ES - CEP 29114-105.

5.3. Os serviços deverão ser executados no horário das 08:00 às 17:00 horas.

Rotinas a serem cumpridas:

5.4. A **manutenção preventiva** será realizada através de no mínimo 01 (uma) visita mensal, totalizando no mínimo 12 (doze) serviços de manutenção preventiva durante a vigência do Contrato.

5.4.1. Tais manutenções se darão por meio de revisão, regulagem mecânica, lubrificação de estações e roldanas quando necessária, aferição eletrônica, regulagem de parafusos, presilhas, componentes mecânicos, limpeza de todos os itens descritos nos anexos pertinentes, lubrificação e testes das esteiras, bicicletas, aparelhos elípticos, de musculação e ginástica, além das rotinas estabelecidas e sugeridas no Anexo II do ETP.

5.4.2. O rol de atividades descrito no subitem anterior bem como no Anexo II do ETP é meramente exemplificativo, devendo a contratada efetivar todo o serviço de manutenção visando o bom funcionamento e a conservação dos equipamentos do CTF.

5.4.3. O serviço preventivo realizado, notadamente no que diz respeito à lubrificação, regulagem de parafusos ou aperto de peças deverá ser garantido pela empresa até a próxima manutenção preventiva, de modo que o contratado poderá ser acionado para eventual correção, em garantia, para cumprimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.4.4. Após a realização completa da manutenção preventiva, caso entenda necessária a troca de peças o contratado deverá informar o fiscal do contrato que tomará as medidas pertinentes para acionamento da manutenção corretiva.

5.5. A **manutenção corretiva**, que pode ocorrer de forma imprevisível, será efetivada **sob demanda** no limite do saldo disponível pela administração sempre que solicitado pelo fiscal de contrato ou após relatório emitido pelo contratado como consequência da manutenção preventiva.

5.5.1. Caberá à Contratada a responsabilidade de fornecer peças, componentes e acessórios para troca/reparo dos equipamentos com avaria, mal funcionamento ou defeito.

5.5.1.1. Qualquer peça, componente e acessório que necessitar de troca, deverá ser comunicado ao fiscal do contrato, que deverá autorizar previamente o reparo e o orçamento.

5.5.1.2. Toda peça, acessório e/ou componente adquirido pelo contratado deverá possuir cotação de preços prévia, em pelo menos três fornecedores, salvo se justificadamente não possuir três fornecedores para o item específico, devendo ainda ser adquirida pelo menor valor.

5.5.1.3. O fiscal do contrato deverá analisar os orçamentos encaminhados para devido alinhamento dos valores com as condições do mercado.

5.5.1.4. Nos equipamentos que necessitarem de uma intervenção que o fornecedor não possua técnica ou demande serviço especializado (eletrônica, pintura, estofado, solda, etc), a contratada poderá subcontratar os serviços, mediante autorização prévia do fiscal.

5.5.2. Caberá ao contratado emitir relatório de análise para subsidiar pedido de intervenção da garantia.

5.5.2.1. As manutenções corretivas se aplicarão aos equipamentos em garantia caso o fabricante recuse, por qualquer motivo, a troca da peça necessária ao pleno funcionamento do item avaliado.

5.5.3. Fazem parte de atividades da manutenção corretiva, dentre outras:

5.5.4. A manutenção corretiva, quando necessária, consiste na correção/reparo de equipamento de modo a colocá-lo novamente em operação ou melhorar o seu aspecto visual. Nos maquinários de bancos e suportes para treinamento de força, quando apresentarem processos de oxidação (ferrugem), deverão passar por um processo de jateamento e na sequência realizar a pintura com o processo de “pintura EPOX” na mesma cor do equipamento;

5.5.5. Os estofamentos dos maquinários e bancos/assentos/encostos para treinamento de força, assim como os colchões, deverão, quando necessário, ser reformados com a troca de madeira de sustentação, espuma e napa-corino;

5.5.6. A manutenção dos maquinários para treinamento de força, quando necessária, deverá apresentar troca de roldana em nylon rígido com rolamentos selados duplos, troca de cabos de aço com 30 fios revestido com nylon preto, luvas emborrachadas para maquinários de alta resistência, knob de regulagem com mola interna e parte externa zincada, acabamentos rolinho em nylon, bucha plástica no equipamento que se fizer necessário, assim como troca de adesivos e acabamentos que estejam danificados.

5.5.7. A manutenção total dos equipamentos para treinamento aeróbico, quando necessária, deve envolver a troca do módulo eletrônico da esteira elétrica; troca do acabamento superior; troca do acabamento traseiro e acabamento lateral; troca de placas (variador de frequência) das esteiras; troca do magnético de resistência da bicicleta; e troca do pé de vela esquerdo da bicicleta.

5.5.8. Os acessórios como barras, deverão sofrer, quando necessário, o seguinte processo de cromagem: todas as peças cromadas deverão receber dois banhos químicos com o produto designado de “cobre metal” e um banho com o produto designado de “níquel químico. A cromagem é um tratamento de superfície de metais com alto grau de resistência, portanto, este processo deverá aumentar a durabilidade e prevenir a oxidação das barras (ferrugem). Especificação exemplificativa: Barra “W”; Barra “H”; Barras Retas.

5.5.9. Caso exista item avaliado pelo contratado que não tenha mais como ser mantido ou reparado e torne-se inservível, o contratado encaminhará relatório ao fiscal do contrato que realizará as tratativas necessárias visando a reposição.

5.6. Todo o material de reposição e auxiliar (lubrificantes específicos que devem ser utilizados em cada equipamento, graxas, estopas, etc.) necessário para as manutenções bem como ferramentas serão disponibilizados pela empresa CONTRATADA.

5.7. Todo o serviço deverá ser realizado no CTF, onde se encontram os equipamentos. Havendo necessidade comprovada de deslocamento de equipamento para reparo/manutenção para fora das dependências do CTF, deverá haver autorização prévia da CONTRATANTE.

5.8. O local da prestação dos serviços será na Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, situada na Avenida Delegado Federal Geraldo Guimarães, 01, São Torquato, Vila Velha - ES. Horário: Segunda à sexta entre 08h00 e 17h00.

5.9. Excepcionalmente, por interesse e conveniência da CONTRATANTE e mediante sua prévia autorização, poderão ser executados serviços em horários diversos do convencionado, afim de evitar transtornos ao funcionamento desta Superintendência.

5.10. O serviço de manutenção só será dado como concluído, após o equipamento estar em pleno funcionamento, com relatório de manutenção descrevendo os serviços realizados, conforme a periodicidade a ser exigida neste Termo de Referência, com datas das manutenções, serviço realizado em cada data, individualmente para cada equipamento. Após, poderá ser atestado pelo servidor designado.

5.11. Tanto no caso de manutenções preventivas quanto para manutenções corretivas e eventuais

trocas de peças o contratado deverá observar as recomendações dos fabricantes, notadamente para a manutenção das garantias. O cumprimento desta obrigação se dará com a consulta aos manuais e eventual contato com os fabricantes do equipamento.

5.12. O **rol mínimo e exemplificativo** de ações a serem desempenhadas à título de manutenção preventiva e corretiva estão definidos no **Anexo II do Estudo Técnico Preliminar**.

5.13. Em todos os pontos onde for realizada qualquer tipo de solda, a Contratada é obrigada a retocar a tinta, evitando desta forma o aparecimento de ferrugem nos equipamentos.

5.14. Todas as despesas com transporte e outras existentes correrão por conta da empresa vencedora.

5.15. A empresa deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, refazendo os serviços rejeitados quando estes não atendam a contento, apresentem algum problema/defeito/dano ou estejam em desconformidade com a descrição prevista no Termo de Referência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal da irregularidade por parte da Polícia Federal, através de telefone ou e-mail, sem ônus para o órgão.

5.16. A responsabilidade pela correção dos serviços com falhas ou fora da conformidade será exclusivamente da empresa, inclusive com todos os custos advindos desta.

5.17. Será de total responsabilidade da Contratada toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados em eventuais acidentes ocorridos nas instalações da Contratante, ou em qualquer outro local, mas considerados acidentes de trabalho.

5.18. A Contratada se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados aos equipamentos, instalações e/ou patrimônio da Contratante, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se também os danos materiais e pessoais a terceiros, a que título for.

5.19. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a retirada de detritos provenientes da execução dos serviços, a reconstituição de eventuais áreas danificadas quando da execução dos serviços, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

5.20. A garantia dos serviços de manutenção corretiva deve ser de no mínimo 03 (três) meses.

5.21. Verificada a necessidade, a Contratada deverá efetuar sempre que necessário a substituição imediata de qualquer tipo de peça ou dispositivo por novos: troca de fios, porcas, parafusos, grampos, polias, rolamentos, cabos de aço, arruelas, soldas, pinos, sistema elétrico/eletrônico, motor elétrico, correias, correntes, sistemas de carga da bicicleta, esteiras e elíptico; estofamentos e revestimentos dos colchonetes e equipamentos de musculação; pés emborrachados; pedais de bicicletas.

5.22. A retirada de peças ou equipamentos do interior do CTF, para conserto, deverá ocorrer com documento assinado pelo fiscal do contrato e pelo responsável pela empresa, ficando pré-estabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis para a devolução dos mesmos. Caso não devolva os equipamentos do conserto acima mencionado, dentro do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato e este deverá estabelecer novo prazo após análise da justificativa. Se a justificativa do atraso na entrega do equipamento em conserto não for aceita pelo fiscal do contrato, será submetida à apreciação superior.

5.23. A proposta deverá conter todo e qualquer custo que se fizer necessário para a execução dos serviços como: encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, peças, produtos de uso na manutenção e reparo dos equipamentos.

5.24. Verificada a necessidade de substituição/inutilização de alguma peça/parte acessória ou principal dos equipamentos, a Contratada deverá apresentar o orçamento ao fiscal, que verificará se a cotação apresentada está condizente com os preços de mercado, como condição para aprovação da substituição da peça.

5.25. Deverá ser realizada a limpeza completa dos equipamentos e acessórios que compõem a academia;

5.26. Para cada manutenção (preventiva ou corretiva), a CONTRATADA terá o prazo mínimo de 08 (oito) horas para realização dos serviços, sendo que, qualquer prazo superior, necessário para a correta prestação dos serviços, não gera nenhum ônus à contratante.

5.27. Quando necessário, o fiscal do contrato solicitará as visitas para manutenção corretiva. Esta solicitação será feita por telefone e/ou e-mail e deverá ser atendida em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

Materiais a serem disponibilizados

5.28. Todo o material de reposição e auxiliar (lubrificantes específicos que devem ser utilizados em cada equipamento, graxas, estopas, etc.) necessário para as manutenções bem como ferramentas serão disponibilizados pela empresa CONTRATADA.

Da Garantia dos serviços executados

5.29. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, refazendo os serviços rejeitados quando estes não atendam a contento, apresentem algum problema/defeito/dano ou estejam em desconformidade com a descrição do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Anexos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal da irregularidade por parte da Polícia Federal, através de telefone ou e-mail, sem ônus para o órgão.

5.30. A responsabilidade pela correção dos serviços com falhas ou fora da conformidade será exclusivamente da CONTRATADA, inclusive com todos os custos advindos desta.

5.31. O serviço de manutenção preventiva, notadamente no que diz respeito à lubrificação, regulagem de parafusos ou aperto de peças deverá ser garantido pelo empresa até a próxima manutenção preventiva, de modo que o contratado poderá ser acionado para eventual correção, em garantia, para cumprimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.32. A garantia dos serviços de manutenção corretiva deve ser de no mínimo 03 (três) meses.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.33. Todos os equipamentos são novos, com inauguração da Academia e início das atividades em março de 2025.

5.34. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser executados nas máquinas de musculação e nos equipamentos ergométricos, bem como nos acessórios do Centro de Treinamento da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES, conforme descrito no Anexo I do ETP, garantindo o perfeito funcionamento dos mesmos para o desempenho integral da capacidade, evitando sobrecarga ou desgastes desnecessários.

5.35. O local da prestação dos serviços será na Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, situada na Avenida Delegado Federal Geraldo Guimarães, 01, São Torquato, Vila Velha - ES. Horário: Segunda à sexta entre 08h00 e 17h00.

5.36. O serviço deverá ser realizado por profissional certificado na solução proposta, com capacidade e conhecimento técnico nessa área de serviço;

5.37. Todo o serviço deverá ser realizado na Academia, onde se encontram os equipamentos:

5.37.1. Havendo necessidade comprovada de deslocamento de equipamento para reparo/manutenção para fora das dependências da Academia, deverá haver autorização prévia da CONTRATANTE.

5.37.2. A retirada de peças ou equipamentos do interior do Centro de Treinamento, para conserto, deverá ocorrer com documento assinado pelo fiscal do contrato e pelo responsável pela Contratada, ficando pré-estabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis para a devolução dos mesmos.

5.37.3. Caso não devolva os equipamentos do conserto acima mencionado, dentro do prazo, a Contratada deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato e este deverá estabelecer novo prazo após análise da justificativa. Se a justificativa do atraso na entrega do equipamento em conserto não for aceita pelo fiscal do contrato, será submetida à apreciação superior.

5.38. A proposta deverá conter todo e qualquer custo que se fizer necessário para a execução dos serviços como: encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, peças, produtos de uso na manutenção e reparo dos equipamentos.

5.39. Todas as despesas com transporte e demais existentes, correrão por conta da empresa CONTRATADA.

5.40. Será de total responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados em eventuais acidentes ocorridos nas instalações da CONTRATANTE, ou em qualquer outro local, mas considerados acidentes de trabalho.

5.41. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados aos equipamentos, instalações e/ou patrimônio da CONTRATANTE, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se também os danos materiais e pessoais a terceiros, a que título for.

5.42. Excepcionalmente, por interesse e conveniência da CONTRATANTE e mediante sua prévia autorização, poderão ser executados serviços em horários diversos do convencionado, afim de evitar transtornos ao funcionamento desta Superintendência.

5.43. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a retirada de detritos provenientes da execução dos serviços, a reconstituição de eventuais áreas danificadas quando da execução dos serviços, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

5.44. O serviço de manutenção só será dado como concluído, após o equipamento estar em pleno funcionamento, com relatório de manutenção descrevendo os serviços realizados, conforme a periodicidade a ser exigida no Termo de Referência, com datas das manutenções, serviço realizado em cada data, individualmente para cada equipamento. Após, poderá ser atestado pelo servidor designado.

5.45. A empresa deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, refazendo os serviços rejeitados quando estes não atendam a contento, apresentem algum problema/defeito/dano ou estejam em desconformidade com a descrição deste Termo de Referência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal da irregularidade por parte da Polícia Federal, através de telefone ou e-mail, sem ônus para o órgão.

5.46. A responsabilidade pela correção dos serviços com falhas ou fora da conformidade será exclusivamente da Contratada, inclusive com todos os custos advindos desta.

5.47. Em caso de necessidade de reforma de estofados, soldas e retífica de peças o valor destes serão considerado como peças.

5.48. Verificada a necessidade de substituição/inutilização de alguma peça/ parte acessória ou principal dos equipamentos, a Contratada deverá apresentar o orçamento ao fiscal, que verificará se a cotação apresentada está condizente com os preços de mercado, como condição para aprovar a substituição da peça.

5.49. A CONTRATADA providenciará a limpeza das áreas, evitando acúmulo de materiais de descarte nos locais onde os serviços estão sendo realizados.

5.50. Os materiais e peças empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental e deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental.

5.51. As peças deverão estar em conformidade com as normas nacionais e internacionais estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, caso necessário devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade, que poderá ser solicitado pela administração a fim de atestar se estão em conformidades com as normas vigentes durante a fase de julgamento da proposta.

5.52. Não serão aceitos bens de procedência duvidosa, usados ou remanufaturados na execução do serviço, caso as peças apresentadas possuam marca/modelo com reputação que não possa ser aferido no mercado, ou que não possua referência no mercado brasileiro, poderá ser solicitado certificação ou declaração da fabricante.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.53. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do serviço.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo A deste TR.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).[A1]

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3(três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.0.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente

definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.0.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.0.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.0.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.0.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão. [\[A3\]](#)

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.16.1. o prazo de validade;
- 7.16.2. a data da emissão;
- 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.16.5. o valor a pagar; e
- 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.30.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.31. A eficácia da cessão de crédito, não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.35. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de execução

8.36. O regime de execução será por empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.37. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.38. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.39. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.40. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.41. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.42. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.43. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.45. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.47. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação Jurídica

8.48. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.49. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.50. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.51. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual** de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.52. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.53. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.54. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.55. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

8.56. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.57. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.58. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.59. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.60. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.61. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.62. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.63. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.64. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.65. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 29.376,00 (vinte e nove mil trezentos e setenta e seis reais)**, conforme custos apostos na tabela acima (subitem 1.1 deste Termo de Referência).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I - Gestão/Unidade: 00001/200352
 - II - Fonte de Recursos: 0100000000
 - III - Programa de Trabalho:
 - IV - Elemento de Despesa: 339030
 - V - Plano Interno: PF99900AG25
- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXOS

- 11.1. Anexo A - IMR;

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

EULER MOTA ALVARENGA
Escrivão de Polícia Federal

THUANE BROEDEL ANDRADE
Escrivã de Polícia Federal

MARCOS ANDRÉ GOMES DA PENHA
Agente de Polícia Federal



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANDRE GOMES DA PENHA**, **Agente de Polícia Federal**, em 04/04/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EULER MOTA ALVARENGA**, **Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 04/04/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO MAGNO CARVALHO XAVIER**, **Superintendente Regional**, em 09/04/2025, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40744540&crc=1F301835.
Código verificador: **40744540** e Código CRC: **1F301835**.